



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**  
**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DO RIO DE JANEIRO. Às dez horas do dia vinte e oito de setembro dois mil e vinte e um, o Conselho Municipal de Política Cultural do Rio de Janeiro reúne seus membros integrantes em caráter extraordinário na modalidade virtual, com sala remota via internet, participando: Adair Rocha, Álvaro Maciel, Andrea Chiesorin, Bianca Toledo, Carla Wendling, Ellen Costa, Flávia Piana, Igor Sebastian, Izaira França, Julia França, Luiz Fernando Mamari, Marcelo Veloso, Marcus Faustini, Paloma Goulart, Paula Camargo, Pedro Bárbara, Pedro Paula Malta, Rayane Pacheco, Suelyemma Franco e Tomás Ramos. Justificado o uso da alternativa virtual em função do Decreto Nº 47.247 de 12 de março de 2020, a sala é aberta trinta minutos antes das dez horas e os participantes são admitidos na sala virtual. O encontro é transmitido pelo canal desta Secretaria no Youtube. Secretária Executiva deste Conselho, Roberta Canêjo, dá início ao encontro saudando os presentes, agradecendo a presença de todos e, em seguida, passa a palavra para a fala inicial do Secretário Marcus Faustini, já antecipando aos presentes que o mesmo não poderá estar presente durante todo o encontro devido outras agendas da Secretaria. Marcus Faustini cumprimenta os presentes e começa sua fala dizendo que, da parte do gestão, houve uma conversa sobre esta reunião do Conselho e diz que há grande desejo em escutar o grupo de trabalho - GT responsável pelo processo da Conferência e eleições para identificar os caminhos que o grupo está discutindo e imaginado e, a partir disso, começar a fazer a “máquina rodar”, acrescentando que a Secretaria ainda está trabalhando de forma enxuta e tentando colocar projetos na rua. O Secretário diz ser um processo desafiador quando se tenta lançar projetos ainda sobre o regimento de primeiro de janeiro, que enxugou as equipes da Secretaria. Ressalta a importância do planejamento e reforça a fala sobre querer ouvir os relatos do GT. Durante a fala do Secretário a conexão apresentou problemas o que dificultou que os presentes pudessem ouvir e compreender a fala em sua íntegra. O Secretário continua sua tentativa de fala dizendo que hoje houve a publicação do edital de publicação dos teatros de Guignol e espaços abertos do Parque das Ruínas e Museu Histórico da Cidade, sendo realizado investimento em mais de trezentas apresentações de

teatro infantil, musicais infantis, pequenos espetáculos, sendo o objetivo atingir os grupos de musicais que trabalham com infância, adolescência, teatro, performance e cultura popular para ocupação destes espaços. Explica que serão quarenta e cinco dias para as inscrições e, na semana passada, após quatro anos sem um contrato de conservação, os equipamentos culturais passarão a ter conservação. Como já dito pelo Secretário em outras oportunidades, alguns equipamentos foram “pegos” em situação precária pois não tinham dentro do governo um contrato de conservação. O Secretário completa que, mesmo em meio às dificuldades, a gestão está avançando nessas perspectivas e que gostaria de contribuir junto ao Conselho na construção da Conferência. Além disso, o Secretário diz ter ocorrido uma reunião com o Consultor responsável pela elaboração do Plano Municipal de Cultura, Marcelo Velloso, que disse ter alguns informes e que, agora, cabe ao poder público seguir a sua parte para que o plano seja apresentado na Câmara dos Vereadores, neste segundo semestre, e cumprir assim mais uma etapa de todas as metas que foram acordadas com o Conselho este ano. O Secretário diz ainda que a luta é para construção de uma agenda mínima, que havia sido conversada outrora, diante dos desafios. Além disso, diz que o avanço na vacinação permite que seja iniciado o pensamento de reabertura que deve durar de seis a sete meses, considerando a necessidade de realizar obras em alguns dos equipamentos. E que segue a aposta na territorialização do orçamento, seguindo todo o caminho de debate histórico que a sociedade civil já acumulou ao longo dos anos na cidade do Rio de Janeiro. O Secretário coloca sua equipe à disposição para responder a todos os questionamentos que os presentes realizarem. O Secretário informa, para finalizar sua fala, que hoje acontecerá a assinatura de um convênio com a Reitora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e, o mesmo, considera importante que uma Secretaria de Cultura, como a do Rio de Janeiro, tenha parceria com uma das principais Universidades do Brasil. Diz ainda que isso representa um sinal anti negacionismo, de busca de institucionalidade e pesquisa da Secretaria de Cultura, de troca com um ambiente universitário, que é tão atacado, e que isto será de grande importância para trazer a causa da cultura para dentro das universidades, de uma maneira muito estruturada. Marcus Faustini encerra sua fala inicial desejando um bom encontro aos presentes e que o encontro tenha um debate qualificado. Após a fala do Secretário a palavra é passada ao consultor Marcelo Velloso, para que sejam dados os informes sobre os encontros que vêm sendo realizados acerca do Plano Municipal de

Cultura. Marcelo Velloso cumprimenta os presentes e começa suas explanações dizendo que grande parte dos presentes no encontro fazem parte de algum GT envolvido nas discussões do Plano Municipal de Cultura, que foram realizados, ao todo, setes encontros. Como combinado, os encontros foram setorizados por grupo de trabalho, houve uma reorganização e um trabalho de compilação na tentativa de manter o máximo possível, reconhecendo o trabalho, o esforço e dedicação que todos tiveram neste período pandêmico na construção da minuta do Plano. O Consultor explica que, nas duas primeiras reuniões, foi adotada uma metodologia de trabalho que, em seguida, foi alterada na tentativa de deixar os encontros mais produtivos, passando a trazer aos encontros a planilha de avaliação e trabalhando juntos sobre este material. Diz que existiam várias questões sobrepostas e, no final, houve uma redução de mais de duzentas metas para cinquenta e três metas e todas as ações elencadas para chegar às metas. O consultor acrescenta que entregará esta nova minuta à Secretaria, que será compartilhada posteriormente com o Conselho, para que seja realizada uma avaliação do trabalho efetuado. Marcelo Velloso diz que foi uma ótima experiência de trabalho, que gostaria de agradecer o esforço de todos e o entendimento em realizar sempre um trabalho dedicado e focado para chegar a uma minuta final. O documento elaborado, neste momento, fruto da dedicação de trabalho do consultor com os GTs, são as metas e ações efetivamente e que, a partir deste momento, começará a organização do texto, da minuta do projeto de lei e outras questões. Após a fala do consultor, Bianca Toledo reitera que o consultor teria ficado de encaminhar o compilado do que foi trabalhado junto ao GT 4 e diz não ter recebido esta informação ainda. Marcelo Velloso diz já ter compartilhado à Secretaria o documento na íntegra, mas que compartilhará o documento referente apenas ao GT 4 para envio aos conselheiros. Bianca diz ser importante para fins de registro, visto que se tem os documentos dos demais grupos de trabalho e está faltando apenas deste. O consultor e a secretaria executiva concordam com a solicitação e dizem que o pedido será encaminhado, explicando que o consultor precisará se ausentar do encontro mas que, ao final do dia, o documento será encaminhado à secretaria executiva que fará a distribuição aos demais interessados. Encerrado o informe do consultor, a secretária executiva relata que tiveram início os encontros do GT da Conferência e Eleições e explica que a representação do poder público neste GT é realizada pelos seguintes conselheiros: Professor Adair Rocha, Paula Camargo e Pedro Guimarães.

Quanto à sociedade civil, as representantes são: Carla Wendling, Rosa Perdigão, Paloma Goulart e Ellen Costa. Apresentados os representantes, a secretária executiva passa a palavra aos componentes do GT para que possam realizar os relatos do primeiro encontro do grupo, metodologia de trabalho que será utilizada, dentre outras informações. O primeiro a falar é o conselheiro Adair Rocha. O conselheiro diz que como não foi combinado como os relatos seriam realizados, é possível que os representantes se completem em suas falas. O conselheiro diz que o primeiro encontro teve como objetivo definir as prioridades dos trabalhos a serem realizados. Diz que o processo mais claro, neste primeiro encontro, é quanto a necessidade de um esclarecimento, divulgação e o máximo de ampliação possível, por parte da SMC, sobre os processos de Conferência e das Eleições. Diz ter sido atribuído ao representante do gabinete da SMC, Thiago França, a elaboração dos documentos referentes à Conferência e ao processo eleitoral. O conselheiro diz que houve também a discussão sobre a possibilidade de realizar o processo eleitoral ainda este ano e efetuar a Conferência no início do próximo ano, assim que houver a possibilidade de retomar as atividades presenciais, inclusive utilizando o processo eleitoral como um mobilizador da própria Conferência, ou seja, atingindo e mobilizando todos os territórios. O professor diz que essas são suas contribuições, mas que gostaria que os demais representantes pudessem complementar sua fala. O próximo representante a falar é o conselheiro Pedro Victor Guimarães, que diz que a fala do conselheiro Adair foi sucinta, porém, muito objetiva, conseguindo pontuar os pontos principais que foram debatidos durante o encontro. Pedro continua sua fala dizendo que há uma grande preocupação quanto a um possível cronograma que possa ser concretizado para que haja a Conferência e as eleições com tempo que garanta a legitimidade do processo e respeite o envolvimento da sociedade civil, garantindo a participação em massa e garantindo a legitimação de tudo que está sendo pensado para a Conferência. Segundo ele, está sendo preparado um compilado de documentos, referentes ao último processo eleitoral, para que os representantes possam estudar, validar alguns processos e aprimorá-los. Dito isto, o representante diz que o GT está na fase de alinhamento, de estudos e planejamento para que consigam identificar, dentro do prazo que possuem, o que é viável, honesto e melhor para ser feito. O conselheiro completa que já foi definido pelo grupo, uma data para um novo encontro. Encerradas as contribuições do conselheiro Pedro Victor Guimarães, a conselheira Paula Camargo dá

início à sua fala. Paula diz que o encontro mencionado por Pedro, foi marcado para esta sexta-feira, dia primeiro de novembro, às quatorze horas. Este segundo encontro será utilizado para leitura e discussão dos documentos a serem compilados e compartilhados por Thiago França. Além disso, a conselheira diz que há necessidade de entender, junto à SMC, sobre a situação dos prazos. Se há o desejo de realizar o processo eleitoral junto à Conferência ou desmembrar esses processos, entendendo que a eleição do conselho tem um processo importante de informação de quem virá a integrar este conselho mas também entendendo a necessidade de renovação deste conselho, atendendo uma exigência dos próprios conselheiros atuais. Ou seja, realizar os processos de pré-conferência e conferência com um prazo mais dilatado e tentar agilizar o processo eleitoral. Esse questionamento foi levantado no último encontro para que a SMC pudesse apresentar seu parecer. A conselheira finaliza sua fala e, então, dá-se início às contribuições da conselheira Carla Wendling. Carla diz que o encontro do GT foi bastante produtivo, como já havia sido relatado pelos demais representantes do grupo, e que se faz importante a manutenção do processo realizado anteriormente, aperfeiçoando e adaptando para a atual legislação, o que for possível, principalmente no que diz respeito a realização das pré-conferências e finalizando com a conferência e a nova eleição. Carla acrescenta que houve o pedido de participação da conselheira Paloma Goulart, pela competência que possui e pelo acúmulo de experiência do processo passado, com elaboração de documentos e outras informações. Carla diz que o objetivo é que os processos ocorram ainda este ano ou, no máximo, que os processos se finalizem em janeiro. A secretária executiva agradece então os relatos apresentados e é realizado um adendo sobre a situação da conselheira Ellen Costa, que apresentou um problema no áudio mas que realizou alguns apontamentos no chat da ferramenta. O conselheiro Adair Rocha pede novamente a palavra para acrescentar um ponto que acabou não sendo abordado por nenhum dos representantes do GT sobre a proposta de realização da conferência na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. A conselheira Paloma Goulart relata que não está previsto retorno de atividades presenciais nos espaços da UERJ até fevereiro, com isso, a sugestão de utilização dos espaços da universidade deverá considerar um possível adiantamento deste processo. O conselheiro Adair Rocha, que também é diretor do departamento cultural da UERJ, diz que a sugestão foi realizada considerando esse possível retorno de atividades presenciais. A secretária

executiva agradece novamente as contribuições dos representantes do GT e diz não se recordar se já existe, por parte da SMC, uma definição quanto à data para realização da Conferência visto que surgiu essa dúvida durante as discussões. Flavia Piana, em resposta ao questionamento, diz que não há essa definição e que é algo a ser pensado pelo próprio GT, porém, a ideia inicial era que ocorresse no final de novembro ou início de dezembro. A secretária executiva então diz que estão sendo compilados os documentos referentes ao processo anterior e a lei do sistema, chamado de kit legislação, que será compartilhado com o grupo para que possam realizar o estudo visando o próximo encontro. Finalizados os relatos do GT da Conferência e Eleições, a secretária executiva passa ao próximo ponto de pauta, sobre a dança, passando a palavra à conselheira Andréa Chiesorin. A conselheira, antes de falar sobre o ponto de pauta, fala sobre uma informação discutida em uma reunião junto ao Secretário Marcus Faustini e sua chefe de gabinete, Flávia Piana, onde havia ficado entendido, por conta do orçamento da Secretaria, que os processos devem ocorrer até dezembro mas diz ser um “acordo”, mas que não dá para afirmar se será cumprido. Dito isto, a conselheira começa sua fala sobre o ponto de pauta dizendo estar feliz com as falas do Secretário, onde ele reconheceu o trabalho e as construções da sociedade civil e também quando fala sobre o pensamento da territorialização orçamentária e espera que não se dê apenas pela lei do ISS e, com isso, a grande discussão com o consultor Marcelo Velloso de, no plano, garantir as metas orçamentárias, sabendo que sem que estas metas estejam conectadas com o plano plurianual, com a lei das diretrizes e com a lei anual, dificilmente se terá uma estrutura na SMC. A conselheira diz ter estudado na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, que faz parte do laboratório de direito às cidades e territórios, pensando as políticas culturais e que entende que a construção junto ao plano diretor e com o orçamento da cidade, a cultura ficará sempre na margem e diz defender o contrário disso, que quer o fazedor de cultura emancipado e produzindo diferentes modos de vida. Andréa diz contar com o apoio de todos sobre a lei de tombamento do Centro Coreográfico da Cidade do Rio de Janeiro, o primeiro centro de referência da dança feito, a partir de dois mil e um, onde a lei de acessibilidade física foi atendida, tendo seu teatro municipal, Angel Vianna, onde o camarim é acessível ao palco, ou seja, medidas que foram feitas a época na luta junto com os artistas com deficiência, tendo a professora Regina Miranda feito um trabalho impecável, casando toda obra e fazendo rudimenta menor do Teatro Municipal

Angel Vianna, atendendo a produção e a frequência da pessoa com deficiência na plateia e como artista. E acrescenta que este é um dos únicos equipamentos da cidade do Rio de Janeiro que é noventa e nove por cento acessível. A conselheira explica sua fala sobre noventa e nove por cento acessível dizendo que o Centro Coreográfico é um espaço de referência latino americano, que recebe artistas e possui hospedagens mas estes apartamentos tem escadas, o que impossibilita a chegada de artistas cadeirantes embora as outras deficiências cognitivas e sensoriais tenham acesso. Andréa diz que o centro coreográfico, além de ser um centro de referência da dança, pode ser um modelo para que se replique em muitos outros equipamentos acessíveis e que existe, na política da dança, um centro coreográfico em todos os territórios, reconhecendo a amplitude do fazer da dança em cada território. A conselheira acredita ser importante deixar claro e registrado que o centro coreográfico, que está cedido em um espaço privado, permanece na rua José Higino e houve um tombamento, promulgado em vinte e dois de abril de dois mil e vinte e um, mas ainda é necessário que o poder executivo faça uma relação com o registro no livro do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade - IRPH. Se diz feliz com a presença da conselheira Paula Camargo, do IRPH, podendo ajudar na construção com o poder executivo como pode ser criada a meta que finda o processo do tombamento. Explica que, dentro do Centro Coreográfico, existe um teatro que é invisibilizado. Diz que a tão sonhada dotação orçamentária para o Centro Coreográfico, para realização de atividades distribuídas nas demais áreas de planejamento e diz que o espaço funciona neste sentido. Relata que, no local, houve uma reunião com o Secretário Marcus Faustini e toda sua equipe, onde a dança se demonstrou estar junto na construção da retomada da cultura. A conselheira questiona como pode compor para finalizar com o processo do Centro Coreográfico entrar no livro de registro e, de fato, ser tombado para que não se corra o risco deste equipamento deixar de ser do investimento público e, neste sentido, gostaria de pedir a colaboração para ver como o poder executivo pode auxiliar neste processo. A fim de responder os questionamentos realizados, Flávia Piana toma a palavra. Flávia Piana diz, sobre o tombamento do Centro Coreográfico, que o processo da lei não passou pela atual gestão, até o presente momento. Uma vez solicitado este ponto de pauta pela conselheira Andréa Chiesorin e tendo o Secretário uma reunião com o Prefeito na semana passada, este ponto também foi incluído na reunião deles. Diz ter sido constatada que há uma lei a ser sancionada e que existe o

interesse do chefe do executivo em fazer este tombamento, porém, acredita que será feito através de decreto pois existe uma lei no município do Rio de Janeiro onde diz que o tombamento pode se dar, por pedido do chefe de executivo, através de decreto, após envio ao Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural, para que seja dado o parecer. Flávia diz acreditar que é uma questão de resolver esse procedimento, mas que existe o interesse em prosseguir com a finalização do tombamento. Acrescenta que será verificado se será solicitado a descida do processo do gabinete ou se deverá ser iniciado o processo de tombamento via decreto. Flávia pede, se possível, que a conselheira Paula Camargo contribua sobre o assunto, a fim de esclarecer estes pontos levantados. Andréa questiona, para fins de encaminhamento, se pode encaminhar a SMC um dossiê a fim de construir uma continuidade desta discussão com a Secretaria. Acrescenta que poderá se fazer presente, como representante da dança neste conselho, podendo convidar o diretor artístico ou o diretor técnico do Centro Coreográfico para estar junto nesta construção. A conselheira diz que o movimento da dança está muito feliz em trazer este assunto para a pauta deste conselho na tentativa de construir, ainda neste ano de dois mil e vinte e um, uma forma de celebrar e enunciar a conclusão desta tarefa. Flávia Piana diz que a ideia é que este processo seja concluído ainda em dois mil e vinte e um. Paula Camargo pede a palavra para falar sobre o tema em discussão. Paula diz que não trabalha diretamente com o registro de bens tombados, tombamento de edifícios ou de materiais, mas explica que a ação de tombamento, realizada pelo legislativo, não é reconhecida. Explica que por vezes os vereadores fazem estes atos e esses atos precisam ser encaminhados, com um pedido, para que sejam analisados pelas equipes do IRPH e, então, encaminham para o Conselho. Paula diz ter ficado em dúvida quando a conselheira fala sobre tombamento e registro e, para ela, não fica claro se a proposta é tombar o edifício ou o registro do uso, visto a diferença entre o processo material e imaterial, e explica que se for o edifício deve ser solicitado o tombamento, agora, quanto às práticas e saberes a solicitação é de registro do patrimônio imaterial. Paula diz que já deve estar pensando, por parte da SMC, a realização de um encontro com a presidência do IRPH e com a gerência de pesquisa a fim de encaminhar, da melhor forma, isso que precisa ser feito. Andréa Chiesorin, em resposta às colocações da conselheira Paula Camargo, diz que os dois processos estão sendo pensados, tanto do edifício quanto dos saberes. André diz que a dança é secular e é matriz, tendo muitas



danças das matrizes afros, “ameri áfrica”, “ameríndia”, não se tratando apenas das danças ditas contemporâneas, modernas ou clássicas, mas dos povos, existindo muitos saberes. A conselheira acrescenta que, atualmente, há um pensamento na dança que reconhece as outras danças mas invisibiliza as danças originárias, com isso, o centro tem um trabalho de resgate de todas as danças originárias. Bianca Toledo diz que gostaria de complementar, concordando com a fala de Paula Camargo. Bianca diz ter tido uma conversa com Andréa Chiesorin sobre o entendimento dos atos legislativos em relação ao tombamento, existindo uma interpretação no judiciário de que se trata de um tombamento provisório, tentando se comunicar com os órgãos responsáveis pelo registro. Explica que a ideia da lei é fomentar o debate e de fazer o reconhecimento legislativo do interesse cultural e histórico do Centro Coreográfico. Diz ficar feliz em saber da intenção do executivo em fazer isso via decreto e se põe a disposição para o que for necessário. Flávia Piana questiona se este projeto é da legislatura passada e quem teria proposto. Bianca Toledo diz que o projeto de lei foi proposto por Cesar Maia com co-autoria do Vereador Tarcísio Motta e de outros vereadores, que no momento ela não se recorda, foi aprovada e promulgada neste ano. Flávia Piana diz que será marcada reunião com a presidenta do IRPH para encaminhar o tombamento definitivo, via decreto. A secretária executiva identificou que o ponto de pauta foi iniciado mesmo ainda tendo inscrição para fala do ponto anterior. A secretária se desculpa pelo ocorrido e dá a palavra ao conselheiro Álvaro Maciel, que gostaria de falar sobre o Plano Municipal de Cultura e sobre o processo de Conferência. O conselheiro Álvaro Maciel dá início a sua fala parabenizando o trabalho dos demais presentes e que gostaria de alertar que muitos tombamentos foram feitos, via legislativo, e depois as pessoas que se sentem patrimônio cultural ficam se perguntando o que ganham com isso. Além do reconhecimento e do título, é necessário ter políticas públicas para o fortalecimento. Diz que o caminho para o tombamento é extenso e quanto mais ele for discutido com a sociedade, maior será sua legitimidade, mas há um momento depois que precisa, uma vez registrado, ter políticas públicas. Sobre os relatos do GT, o conselheiro diz que gostaria de parabenizar os trabalhos realizados, relata não ter podido participar mas que também não quis participar por não ter comunicado na plenária, mas que gostaria de comunicar, assim como feito pela conselheira Paloma Goulart, que quer fazer parte do grupo de trabalho. Sobre o que foi dito anteriormente, sobre legitimidade, o conselheiro diz

ser necessário manter as ações bem abertas tanto para sociedade civil, membros do conselho e os colaboradores. Esses três setores precisam estar bem alinhados para divulgar à sociedade tudo que é feito. O conselheiro diz ter identificado uma boa metodologia por parte do GT, quando querem dar início ao processo de eleição abrindo o debate, criando um clima. Em relação ao processo estar junto ou não da Conferência, o conselheiro diz que isso pode variar com o momento e que vai depender das vontades do município. Álvaro se diz contrário ao processo integrado quando a Conferência é de um ou dois dias porque a eleição muda o clima da Conferência gerando maior disputa política do que reflexão. Acrescenta que o debate desta Conferência é primordial e, como foi dito pelo Secretário, está acontecendo uma mudança na cidade do Rio de Janeiro. A territorialidade virou uma bandeira de cada conselheiro e coincidiu de ter um Secretário que, há muito tempo, defende este discurso. Álvaro diz que gostaria de retomar as discussões sobre um fenômeno que vem ocorrendo neste Conselho, que é o afastamento de nove conselheiros, de forma prematura e lamentável, negros e negras. Acrescenta que há uma dificuldade real em manter estes conselheiros que moram longe, onde o sinal não é igual ao da área “central” do município. Diz que houve um afastamento muito doloroso, de Eliane Alves Cruz, que teve sua cerimônia esvaziada por uma ação de censura do prefeito anterior na bienal do livro. A ação do prefeito gerou uma situação de descaso e insensibilidade do antigo prefeito e não houve, por parte deste Conselho, sequer uma nota. Não tendo manifestação do Conselho, a conselheira optou pelo afastamento deste Conselho junto com o conselheiro Lu, da cadeira do combate ao racismo, que se solidarizou com a situação da conselheira. Álvaro diz que isso mostra a importância de aprender com os erros do passado, que é necessário entender o que é território antes de cobrar um conselho representativo do território, pois virão conselheiros que têm menos experiência dos que estão aqui hoje. Ao se concluir a eleição do conselho, é necessário ter um lugar de formação, nivelamento, transmissão de informações para que os novos conselheiros fiquem mais à vontade. Álvaro Maciel diz ser necessário trabalhar mais com a comunicação da SMC, com a finalidade de conversar com a sociedade civil, alegando que o conselho não consegue dar conta disso e precisando do apoio da secretaria em comunicar e informar a sociedade sobre o que é produzido. O conselheiro diz que, a partir do processo de envio da minuta à Câmara, é necessário fazer uma campanha, uma pressão política para que a minuta seja aprovada e dar

início ao chamamento do território, das pessoas que queiram, futuramente, fazer parte do Conselho. Álvaro diz que gostaria de dar um informe sobre o processo eleitoral em Porto Alegre, que não será junto à Conferência. Justifica sua citação sobre a cidade de Porto Alegre porque a cidade tem um bom histórico em relação a sistema municipal de cultura e no orçamento participativo, que foi uma orientação da ONU, que poucas cidades fizeram e que teriam gerado prêmios à cidade de Porto Alegre. Neste conselho, quando se fala de orçamento participativo, segundo o conselheiro este Conselho fez o que outros grupos não fizeram, acompanhando o orçamento, acompanhar o processo de decisão de dinheiro e diz que será necessário fazer isto, pois há um fundo para ser alimentado e, sem pressão política, não haverá sucesso. Roberta Canêjo agradece as contribuições do conselheiro Álvaro Maciel, diz que ainda existem alguns informes sobre os editais e, por isso, passa a palavra à Flávia Piana. Flávia Piana diz que, sobre o edital do carnaval, a ideia é que haja a publicação do resultado final entre quinta e sexta-feira, mas que isso depende do fechamento do processo de seleção. Quanto ao FOCA, Flávia diz que está na fase de habilitação de 5.478 (cinco mil quatrocentos e setenta e oito) inscrições, dessas inscrições 4.343 (quatro mil trezentos e quarenta e três) na linha um e 1.135 (mil cento e trinta e cinco) na linha dois. Flávia diz que a previsão é que as habilitações se encerrem essa semana para que seja iniciada a fase de classificação. Flávia diz que será feita uma maratona para que dê tempo de pagar os valores ainda esse ano. Carla Wendling questiona se pode realizar uma observação, em relação ao edital de carnaval, onde disse que existe um cronograma interno, mas que as datas não são divulgadas externamente e espera que isso não se repita no FOCA para que não gere insatisfação da sociedade civil e questionamento aos conselheiros que também não detêm essa informação. Flávia Piana diz que a fala da conselheira é válida e que levará para o Secretário e para a equipe de fomento. Completa que a não divulgação foi gerada por conta das incertezas dos processos necessários e o medo de se comprometer publicamente com datas, gerando expectativas e podendo dar errado foram alguns dos motivos que levaram a não publicização destas datas. Flávia diz que talvez não consiga publicar as datas mas, pelo menos, uma estimativa pode ser apresentada. Sobre o pedido de posicionamento quanto ao carnaval de rua, Flávia Piana diz que a resposta é RIOTUR e que o que podem tentar fazer é uma ponte, uma interlocução do Conselho com a RIOTUR. Carla Wendling interrompe a fala de Flávia

Piana dizendo que esteve em uma reunião gravada, da comissão de carnaval onde Rafael esteve representando a RIOTUR e foi feita uma fala que existia um valor, dentro dos encargos, destinada ao carnaval de rua que foram retiradas e quando questionado sobre quem ficaria responsável, a fala do representante foi de que quem cuidaria do dinheiro para o carnaval de rua seria a SMC. Flávia Piana questiona quem é Rafael. Bianca Toledo diz diretor de operações da RIOTUR e, aproveitando a fala da conselheira Carla, diz que a comissão de carnaval fará uma audiência nesta sexta-feira e seria importante a SMC estar representada pois um dos pontos são as políticas emergenciais mas que também possa conversar sobre a continuidade ou não deste processo e quem ficará responsável, onde a RIOTUR também estará presente. Flávia Piana pede que seja encaminhado, oficialmente, à SMC para que possam ser fazer presentes e acrescenta que não recebeu nada de forma oficial, seja da Secretaria da Fazenda ou do gabinete do Prefeito que a SMC terá orçamento para cuidar do carnaval de rua e diz que entrará em contato com os responsáveis para entender a fala que foi feita na comissão especial do carnaval da Câmara. Bianca Toledo diz que recuperará a ata e passará junto ao ofício. Bianca Toledo diz que gostaria de pedir um esclarecimento. Álvaro Maciel gostaria, antes da fala de Bianca Toledo, de ouvir a opinião dos conselheiros sobre a sugestão dele em relação ao setor de comunicação, considerando válido para que possa ser levado ao Secretário. O conselheiro acrescenta que para a comunicação divulgar alguma informação é necessário que seja muito bem discutido e, se possível, até consensuado entre os conselheiros. Diz que apesar do quadro reduzido os conselheiros estão trabalhando e sente a necessidade de que isso seja divulgado. Paloma Goulart gostaria de realizar um comentário em apoio a sugestão do Álvaro, alegando que esta é uma demanda desde o início do Conselho. Diz que a sociedade civil se uniu para buscar estratégias para suprir e fazer uma página do Conselho, mesmo entendendo que não é o local ideal para isso, mas atendendo a necessidade de ter um local informativo onde a população consiga entender e participar do que está sendo levantado. Roberta Canêjo diz que a fala da conselheira Paloma é algo que conversa com o que foi discutido no GT da Conferência e Eleições sobre a necessidade da divulgação dos processos e o FOCA foi exemplo de como uma mobilização faz diferente e acrescentando a questão da linguagem, não só no site oficial, mas buscando os sites e plataformas mais acessíveis à população. E com isso, a secretária executiva acredita que a SMC não irá se opor a conversar sobre como

poder ter essa parceria na divulgação das informações. Flávia Piana diz que a colocação foi muito bem feita pelos dois conselheiros e que, assim como dito pelo Secretário durante o processo do FOCA, não adianta ter o edital na rua sem mobilizar e isso se aplica ainda mais ao processo eleitoral. Bianca Toledo solicita um questiona sobre a abertura de editais para co-gestão de lonas e arenas. Relatando que em dezessete de setembro saíram despachos aprovando o plano de trabalho e abertura de chamamento público para a co-gestão da arena Fernando Torres em Madureira mas, quatro dias depois, saiu um despacho prorrogando o prazo do atual gestor e que há uma grande insatisfação, pelos coletivos e atores do bairro, quanto a atual gestão.

Com isso, Bianca Toledo gostaria de entender o ocorrido. Flávia Piana diz que ocorreu a intenção de rescindir o contrato e deixar a arena fechada até nova licitação, mas entende-se que há uma relação com o entorno, mesmo que não seja a relação ideal, e todas as atividades que acontecem lá não teriam para onde ir com a rescisão do contrato. Dito isso, o que foi decidido pela prorrogação com uma cláusula resolutória, que diz que, assim que o resultado da licitação sair e o contrato for assinado com o próximo gestor, o contrato será rescindido sem qualquer prejuízo à administração. Flávia Piana diz que esta foi a única saída econômica e de gestão que encontraram, pois a SMC não conseguiria manter através da Secretaria, pessoal para administrar o local. Flávia diz que a licitação continua. Paloma Goulart diz que gostaria de entender qual será o encaminhamento em relação a sugestão do conselheiro Álvaro Maciel. Flávia Piana diz ser necessário sentar com a ASCOM para pensar em uma estratégia de comunicação e, assim que houver alguma decisão mais prática, a discussão pode ser retomada. Flávia diz que a comunicação foi primordial durante o FOCA e que podem ajudar em relação ao Conselho também. Quanto ao site, Flávia Piana diz que é pouco acessado e a SMC não consegue mudar algumas coisas da Secretaria no site, por conta do processo arcaico e burocrático, justificando a maior utilização das redes sociais. Andréa Chiesorin diz acreditar que é algo que diz respeito a como o Conselho mobiliza as pessoas. Acrescenta que este é um momento muito importante na luta da cidade, que é o pensar junto. Existem os processos de Conferência e eleições para fazer, os editais para cumprir com todas as etapas mas que é necessário ter uma renovação muito importante e importa que esta comunicação seja formativa, como as pessoas possam ser despertadas para o objetivo da construção de políticas culturais e do conselho. Andréa diz

que talvez essa composição com o time de comunicação, que possa estar junto com o GT da Conferência e eleições, tenha que pensar em como atuar com o mesmo objetivo, no sentido de não ficar ausente uma estratégia de comunicação. Caso contrário, fica o colegiado da sociedade civil tentando, de todas as formas, mobilizar a sociedade civil e não atuando junto com o poder público para mobilizar a relação do conselho. Andrea acrescenta que está no momento em que a relação do conselho é o fazer junto do poder executivo com o colegiado da sociedade civil e pensar nesse sentido como aproveitar o lançamento do Plano Municipal de Cultura, o tombamento do Centro Coreográfico e outras ações porque quando estão em um momento que importa fazer as críticas tanto a sociedade civil quanto ao poder público, mas também mostrar quais são as tentativas, as estratégias e repaginar, ainda que seja no final deste mandato, deixar de legado de como o novo mandato do CMPC já possa herdar um caminho a frente. A secretária executiva passa a palavra à Paloma Camargo, que solicitou inscrição. Paloma Camargo diz ter concordado com as colocações trazidas pelo conselheiro Álvaro sobre as questões da eleição e da conferência, em relação ao tipo de clima que isso pode trazer à conferência e gostaria que houvesse uma discussão mais profunda sobre isso na reunião de sexta-feira do GT, considerando a experiência vivida em outros processos de conferência. O segundo ponto apresentado é sobre o tombamento do Centro Coreográfico. Paloma diz ter explanado a situação em um grupo do IRPH e as informações obtidas é de que o Centro Coreográfico funciona numa antiga fábrica de cervejas, que já é tombada pelo município desde mil novecentos e noventa e quatro. Flávia diz ter acessado a esta informação e que prevê a proteção do complexo industrial, ou seja, um tombamento de um ponto do imóvel, não sendo a mesma coisa que está em discussão. Paloma Goulart completa que a gerente de pesquisas do IRPH, Juliana, já respondeu o PL do Cesar Maia e Tarcísio Motta informando que além de já ser tombado por decreto, o tombamento não é atribuição do legislativo e, portanto, cai na representação de inconstitucionalidade. Paloma acredita que este alinhamento da SMC com o IRPH, sobre como encaminhar o que está sendo proposto para tombamento ou registro, permitirá que o processo não fique “andando em círculos”. Flávia Piana diz que, independente do PL ou da discussão sobre a inconstitucionalidade ou não por conta da origem da proposição, o objeto é mais coerente com o que a SMC pensa do que esse decreto de tombamento de mil novecentos e noventa e quatro. Andréa Chiesorin pensa que se puder ser feito um grupo de

trabalho para estudar e tentar ser mais objetivo nessas discussões. Flávia Piana diz que ao invés de um grupo de trabalho, seja mais válido marcar uma reunião entre ela, Andréa, Bianca e alguma representação do IRPH que possa ajudar nessa construção na tentativa de ser mais objetivo. Paloma Goulart se coloca à disposição para essa discussão e diz que sua suplente, que trabalha na gerência de pesquisa, também poderá trazer informações importantes para essa discussão. Bianca Toledo questiona se há uma data para a reunião entre a SMC, o consultor e os GTs sobre a consolidação do plano. A secretária executiva diz que ainda não há essa data. Flávia Piana acrescenta que há necessidade de apresentar à SMC para discussão e montagem final para a partir disso marcar a reunião geral. Bianca Toledo questiona quanto a previsão do edital de lonas e arenas para o fechamento dos recursos. Flávia Piana diz que dependerá da procuradoria, pois há uma discussão que sai hoje e a outra fica no aguardo. Andréa Chiesorin gostaria de dar o informe final por conta do apoio que está tendo da SMC e com a Câmara dos Vereadores em realizar de um diagnóstico dos trabalhadores de cultura, lançado ontem, que analisará os dados da Lei Aldir Blanc e que, posteriormente, enviará o link para que todos possam responder e obter, enfim, os dados do que a cidade do Rio de Janeiro precisa. Após tal fala, Flávia Piana dá a reunião por encerrada com tais encaminhamentos. Sem mais assunto a ser tratado, a reunião foi encerrada às onze horas e quarenta e dois minutos. Eu, Roberta Canêjo Monteiro da Silva, lavrei a presente ata que vai por mim assinada, pela Presidente, a Vice-Presidente e Conselheiros presentes que desejam testemunhar o atesto deste documento.